BRASIL, TERRA DE HISTÓRIA (1).

Disseram-me: “Que vai o historiador fazer no Brasil? Quem tem o vêzo e a necessidade das velhas cidades e dos ricos arquivos da França e da Itália lá não há de encontrar nem monumentos antigos (destruíram-nos sobretudo em São Paulo para ceder espaço à construção de arranha-céus), nem papelório antigo (que os bichos comeram). Além disso, se há história a ser feita por lá, é a história do Brasil: é de crer que os brasileiros não tenham ficado a sua espera para tratar dela, com um preparo e um conhecimento de seus problemas nacionais que V. não pode pretende possuir”.

A existência no Brasil, para tratar desses problemas (e de alguns outros não unicamente *locais*), de uma brilhante escola histórica brasileira à qual o estrangeiro quase nada pode aduzir, alguns meses de permanência e de leituras m'o confirmaram.

Mas, no mesmo tempo, no que concerne à história chamada geral, também logo se impuseram a mim constatações que desêjo anotar aqui.

E' um excelente costume que tem a França pobre, a França que dizem estreitamente nacionalista e fechada a tudo o que não é seu, êsse de enviar seus jovens historiadores às velhas terras de história — Atenas, Roma, Cairo, Madrí —, como recompensa pelos estudos feitos e como estímulo para o trabalho de pesquisa. Em cidades onde tudo fala do passado, êles se beneficiam do incentivo que é para a inteligência e para a imaginação, êsse verdadeiro retôrno quase material aos séculos transatos. Uma caminhada do Forum ao Vaticano, pelas pequenas ruas que circundam a praça de Veneza, a via Giulia e o Transtevero, emociona, e, no coração e no espírito do historiador, aviva tudo o que êle sabe e sente da Roma antiga, medieval e pontifícia. Depois disso, quando retorna à vida presente, parece-lhe volver de muito longe, de tão longe que êle corre o risco de não mais se interessar suficientemente pelo mundo que o cerca, e que realmente não é mais o seu. “Mon enfant”, dizia-nos Monsenhor Duchesne (era êsse o tratamento que gostava de dar aos seus jovens pensionistas da Escola Francesa de Roma), cuidado para não se afastar do presente, o presente que é o tempo que Deus nos deu para dentro dêle cumprirmos o nosso dever”. De fato, há para o historiador que

(1). — Tradução do texto francês por Eduardo d'Oliveira França.

mergulha no passado a tentação de se refugiar nele, ou, menos nobremente, de fugir para ele e aí edificar o que André Chamson, segundo o grande Renouvier, chamou uma *ucronia*, isto é, um tempo em que teria sido bom viver (2).

Deixemos de lado o aspecto moral da questão. Entretanto ela apresenta ainda um perigo para o ofício do historiador e para a sua concepção do passado: o de apartá-lo demasiadamente dos tempos atuais, exagerando o afastamento entre as épocas, transformando a história em uma dimensão que se mediria por séculos, como se medem as distâncias por milhares de quilômetros. Quando um país como o Brasil tem apenas alguns séculos de história, não pode ser um país de história como a França que tem 20 séculos, ou como a Itália que tem 25. Essa espécie de equação — história igual a passado remoto — nós a reencontramos a cada passo nas concepções correntes. “Não tem papéis de família, minha senhora?” — “Oh! não, não somos família para possuir pergaminhos”. No entanto, ela guardava toda uma correspondência relativa ao golpe de Estado de Napoleão III que não lhe parecia bastante remota para pertencer à história. Mesmo aqui no Brasil surpreendi bastante um dos meus interlocutores ao solicitar-lhe pormenores circunstanciados de uma dissidência eclesiástica da qual ele havia ardorosamente participado há vinte anos: para ele, a história protestante do Brasil havia de estar mais ou menos unicamente em Villegagnon, Maurício de Nassau, nos séculos XVI e XVII (3).

*

* *

Acabo de falar na história protestante do Brasil. Cada historiador toma contacto com os problemas de sua profissão conforme as ocasiões e as experiências que lhe proporcionam suas pesquisas de especialista. Foi, para mim, uma preocupação saber como, em consequência de que circunstâncias, conforme que modalidades, se implantou no Brasil, há 80 ou 90 anos, um protestantismo que constitui uma das conquistas mais importantes feitas desde o fim do século XVI (4).

- (2). — Aproveito a ocasião para recomendar o excelente livrinho de Chamson, *chartista* desertor, romancista e ensaísta — *L'Homme contre l'histoire*, em que os problemas concernentes à história, sua natureza e sua utilização partidária são propostos e tratados com sobriedade, inteligência e elegância pouco comuns (Paris. Bernard Grasset, 1927. Coleção dos “*Cahiers Verts*”).
- (3). — Daí a obstinação da maioria dos autores de monografias locais em se estenderem sobre as origens e os primeiros tempos de suas localidades, sobre os quais justamente dispõem de menos informações, reduzindo cada vez mais o estudo dos períodos mais modernos, como sendo cada vez menos históricos.
- (4). — A primeira parte do livro que planejo escrever sobre o assunto já apareceu sob o título de *Le presbytérianisme brésilien et ses expériences ecclésiastiques* (fascículo de janeiro-março, 1949, dos *Études Évangéliques* publicados pela Faculdade de Teologia Protestante de Aix-en-Provence).

Ora, à proporção em que me apareciam estas circunstâncias — circunstâncias espirituais (anseios religiosos suscitados pelos ensinamentos da Igreja e manifestado principalmente nas devoções familiares), circunstâncias eclesiásticas (fraquezas do clero, muito pouco numeroso, superado por seu ministério e demasiado entregue às atividades seculares, mas também longanimidade de uma Igreja tarda em passar à defensiva e falta de ligações com o papado, centro e cabeça do catolicismo), circunstâncias políticas (regalismo do governo imperial, liberalismo anticlerical dos intelectuais, — sentia-me impresionado pelas semelhanças que apresentavam com o panorama espiritual, eclesiástico e político em que nasceu e se desenvolveu a Reforma no século XVI. E, ao mesmo tempo, eu podia ver melhor o que fôra êsse quadro, ao qual descursa-se ordinariamente conhecer, desde que seus diversos elementos desapareceram quase que completamente da Europa.

Êste protestantismo brasileiro, brotado da piedade católica, e não de qualquer espécie de aridez espiritual, nem de qualquer heresia, era a Reforma européia nascendo do despertar religioso provocado dentro do catolicismo pela *devoção nova* dos grandes místicos ortodoxos como Tauler, Suso, Eckart, Ruysbroeck, Gérard de Groos, Denys le Chartreux, enquanto que as heresias como o catarismo, o valdismo, o franciscanismo espiritual, o loldardismo, o husitismo, estavam mortas, agonizantes, ou inteiramente enquistadas. Essas rezas das fazendas, dirigidas por algum membro da família ou por qualquer escravo, às vêzes acompanhadas de humildes comentários, e que tendiam a se transformar em verdadeiros cultos, como não haveriam de evocar em mim aquelas reuniões domésticas dos fins do século XV nas quais o preboste de Viena, Estevão de Lanzkrena, nos mostra o pai de família fazendo os filhos recitarem suas orações e lhes explicando o conteúdo delas? E, desde logo, impunha-se a mim a necessidade que há de se estudar a piedade familiar e o ministério laico da Igreja de antes da Reforma. Assim como não foi de pagãos que a Reforma tirou os protestantes, também não foram fiéis que entregavam cegamente ao padre a cura de suas almas que ela bruscamente transformou em adeptos e praticantes do sacerdócio universal.

Leigos que a Igreja, por seus cuidados maternais e seculares, despertou em grande número para a vida da alma. Mas havia muito poucos padres para assisti-los, e além disso, fatigados por sua imensa, por sua impossível tarefa, e, "*jetant la manche après la cognée*", como dizemos em França (5), praticamente se secularizavam para viverem uma vida cujos aspectos escandalosos têm sido injustamente exagerados. Era a situação eclesiástica da Europa no começo do século XVI: os mosteiros vazios, em núme-

(5). — Não encontramos em português expressão popular correspondente. "Atirando o cabo empós a machadinha" tem pouco sentido para nós. Usa-se a expressão em relação aos que, na infelicidade, desamparam tudo, em vez de procurar remediá-la. Os que dizem: "Que leve a breca". (Nota do tradutor).

ro extremamente reduzido o baixo clero secular (mal se começava a cogitar de sua formação), sem prestígio e sem entusiasmo. Há cem anos eram bem raras as paróquias no Brasil: comparativamente não eram mais numerosas as da França no fim do século XV, logo depois da Guerra dos Cem Anos. Basta lembrar o doloroso quadro da grande desolação das igrejas da França nessa época descrita pelo Padre Denifle.

Para que a propaganda protestante — na Europa do século XVI como no Brasil no século XIX — pudesse aproveitar essas circunstâncias espirituais e eclesiásticas, era ainda preciso que não provocasse imediatamente uma viva reação da Igreja tradicional. No Brasil, essa reação levou meio século para se produzir (e ainda, somente agora ela cuida de se organizar). Os chefes (penso na Liga anti-protestante, nas províncias do norte há uns cinquenta anos), foram especialmente padres estrangeiros, como educados no estrangeiro haviam sido os prelados que, pouco antes, haviam participado da maçonaria. E esta lenta reação foi esporádica, temporária, inábil, ineficaz apesar das sevícias locais que foram colecionadas numa *História das perseguições religiosas no Brasil*, cujo próprio título faz sorrir um europeu informado agora do que sejam verdadeiras perseguições. Mas não aconteceu a mesma coisa na Europa da Reforma? A Igreja foi vagarosa em se abalar, vagarosa em condenar Lutero, ainda mais vagarosa na organização de sua defesa. Sabe-se de quando data o Concílio de Trento, e que ele em absoluto se apressou. E que a Ordem dos Jesuítas, apesar de constituir como a derradeira muralha frente à brecha aberta, ocupou todo o seu tempo. Longanimidade da Igreja no Brasil: ela não acreditava no perigo, nem tinha o hábito da luta defensiva. Mas também longanimidade da Igreja no começo do século XVI: ela havia facilmente superado as heresias puramente religiosas, do tipo que apresentava a Reforma (as outras, em grande parte políticas, como o albigeísmo e o hussitismo, haviam sido disciplinadas por vias políticas). Também ela não estava na defesa. Depois adotou essa tática (exceto em relação aos seus movimentos interiores, em face dos quais sua divisa é sempre: esperar e ver), e o conhecimento que temos agora de uma Igreja católica inquieta, sitiada, aparentando às vezes febre obsidional, de uma Igreja de Contra-Reforma, ameaça esconder ao historiador a verdadeira figura da Igreja, calma, paciente, meio caritativa, meio indiferente ante as agitações de seus filhos, a verdadeira figura que apresentou a Igreja enquanto não foi coagida a uma defensiva que não tinha planejado e para a qual não havia sido feita. Ora, essa figura a Igreja católica brasileira conservava ainda, há cem anos, porque, não tendo ainda se defrontado com sua reforma, não se havia também transformado em uma Contra-Reforma.

Mas a Igreja católica brasileira...? Não há, em boa doutrina, Igreja católica brasileira, da mesma forma que não há Igreja católica francesa ou alemã. Na realidade, bem que havia uma no século passado, isto é, uma Igreja vivendo à margem do papado, símbolo e cimento da catolicidade. Em consequência da imensa distância e das comunicações difíceis entre Bahia ou Rio e Roma, em consequência da intermitência ou do pouco prestígio dos núncios, em consequência de circunstâncias políticas das quais vamos falar. E ainda mais em consequência da ausência de experiências comuns entre a Igreja brasileira ou os fiéis brasileiros e o papado. Mesmo porque, em que momento tornou-se a França católica, a primogênita da Igreja, de coração pontifical? Quando depois de sofrer prisões e humilhações durante a Revolução, viu o Papa prisioneiro e humilhado sob Napoleão; depois, quando, sitiada, pelo liberalismo anticlerical, viu o Papa sitiado também pelo liberalismo e pelo nacionalismo italianos. Antes, no tempo da Reforma, o sucesso das idéias novas foi garantido pelo fato de estar o centro coordenador da Igreja, a Santa Sé, muito longe da Alemanha, muito longe da França, muito longe da Inglaterra, separado desses países por toda a extensão de seu nacionalismo eclesiástico e pelo descrédito acarretado pelo Grande Cisma e pela Crise Conciliar. Também lá, um oceano imenso.

Não há necessidade de insistência sobre o regalismo do governo brasileiro até a queda do Império: é bastante conhecido. De tradição e prática pombalinas, D. Pedro I e D. Pedro II continuavam os déspotas esclarecidos do século XVIII. Foi preciso esperar 1889 para que o papa se tornasse verdadeiramente, no Brasil, o chefe da Igreja. Sabe-se bem que a situação era a mesma no século XVI em todos os Estados da Europa cristã. Mas esta similitude é marcada por alguns episódios da história eclesiástica e política do Brasil. Cêrca de 1835, querendo se aproveitar do fato de dispor do poder para instituir no Império uma reforma imperial e católica, mas de um catolicismo estranho à Santa Sé, com casamento dos padres e apêlo aos Irmãos Morávios para evangelizarem os índios, o regente Feijó não recomçava exatamente a tentativa de Briçonnet em Meaux? E, mais tarde, D. Pedro II orientando-se ousadamente para o cisma na questão dos bispos, que inesperada evocação, não digamos de Henrique VIII (a vida particular dos dois homens foi muito diferente), mas de Gustavo Vasa!

*

* *

Seremos mais breves na comparação das modalidades de instalação do protestantismo na Europa e no Brasil: apenas alguns problemas que se oferecem ao historiador da Reforma e sobre os quais proporciona o exemplo brasileiro preciosas indicações.

Problema dos responsáveis por essas inovações. Os propagandistas estrangeiros que as difundiram ou os autóctones que as aceitaram? Problema insolúvel, como, na doença, o da importância comparativa do bacilo e do organismo que o recebe.

Entretanto, no que diz respeito ao Brasil e no que se refere à Reforma da Europa, os historiadores insistem principalmente sobre os propagandistas estrangeiros, concordando ademais em que estes encontraram considerável apóio nos meios igualmente estrangeiros do país em que atuavam. O evangelista alemão e suíço em primeiro lugar, tanto pela importância quanto cronologicamente. Na realidade, que diz o episódio brasileiro, visto de perto? De cerca de 1860 até o fim do último século, apenas algumas dezenas de missionários americanos, ingleses, alemães, portugueses e dezenas de milhares de conversos. Não dentro das colônias estrangeiras. Os anglicanos do Rio realizaram bem exatamente a profecia que o bispo da Capital havia feito a respeito deles quando, poucos anos antes da ascensão de Pedro I, pediram permissão para a ereção de uma capela: "Que eles a construam, e depois ninguém há que ir lá". Os luteranos dos Estados do Sul que não distinguiam sua fé de sua *deutschtum* não se preocuparam em difundí-la entre os autóctones. E os sulistas de Santa Bárbara d'Oeste desesperaram os missionários por sua falta de interesse pela obra deles. No total, o apóio que as colônias estrangeiras de fé protestante deram à propagação do seu culto foi ínfimo. Com esse fato só se podem surpreender aqueles que não conhecem por experiência a timidez das colônias estrangeiras, seu complexo de inferioridade-superioridade em relação à sociedade à margem da qual eles vivem e muitas vezes seu desapêgo em face dos princípios que os inspiravam na terra natal. Essa atitude pode ser diferente se se tratar de refugiados que tenham deixado a pátria por motivos religiosos (e não era esse o caso dos estrangeiros vindos ao Brasil), mas então, a preocupação de preservar a pureza de sua fé os induz freqüentemente a se fecharem dentro dela. De uma forma ou de outra, o exemplo brasileiro me faz pensar que inegavelmente se tem exagerado a importância que os núcleos de comerciantes e de trabalhadores protestantes residentes nos países católicos puderam ter na expansão da Reforma. Que para esse fim tenham fornecido propagandistas, sim, mas não uma atmosfera, um asilo. Assim, de qualquer modo, somos obrigados a reconhecer a principal importância, na disseminação das idéias novas, que têm as disposições das populações entre as quais elas se difundem. Prova convincente é o fato, muitas vezes constatado no Brasil, e que certamente não foi estranho à expansão da Reforma, de pessoas que, pela simples leitura da Bíblia, se converteram a uma religião desprendida dos dados da tradição, organizando espontaneamente em torno delas verdadeiras comunidades protestantes, sem ter jamais encontrado qualquer missionário.

Essas observações permitem destrinçar outro falso problema, — o do sentido da propagação da Reforma no século XVI. Ensinava-se às vezes, mais ou menos doutoralmente que ela se difundiu de leste para oeste. Tautologia despida de interesse real se se trata somente de constatar que a Alemanha se encontra a leste da França, da Inglaterra, dos Estados Unidos. Conceção do espírito inteiramente rejeitada pelos fatos quando se desce aos pormenores.

A província francesa de Saintonge, que confina a oeste com o Poitou, não foi evangelizada no século XVI por propagandistas provenientes dessa região vizinha já parcialmente convertida ao protestantismo, mas em consequência de um de seus principais senhores — de Pons — se ter encontrado com Calvino em Ferrara. A linha reta leste-oeste de Poitou a Saintonge passa pois pela Itália. Da mesma forma, a consideração excessiva atribuída à obra dos propagandistas estrangeiros na evangelização protestante do Brasil tem induzido à convicção de que sua expansão se tenha feito regularmente do litoral para o interior seguindo algumas estradas e caminhos de ferro. Ora, o conhecimento bastante preciso que se tem das datas de fundação e dos fundadores das primeiras comunidades protestantes no país mostra coisa inteiramente diferente. Se as três primeiras comunidades, as de Petrópolis (apenas um grupo ainda muito reduzido), do Rio e de São Paulo correspondem à concepção corrente, dela nos afastamos decididamente a partir da quarta que por muito tempo foi o principal centro do protestantismo na Província de São Paulo, para não dizer de todo o Brasil: a Igreja presbiteriana de Brotas. Não nos defrontamos mais aqui com plano preconcebido por estrangeiros, nem com progressão regular, mas com um fato ocasional: um antigo vigário de Brotas, José Manuel da Conceição, havia adotado a fé protestante e tinha ido pregar entre seus amigos e parentes de sua antiga paróquia. E se, de Brotas, o protestantismo passa na mesma época, logo perto, para Dois Córregos, vem de muito longe, de Borda da Mata, no sul de Minas, por que os Gouvêa de Brotas, convertidos à nova fé, eram originários de Borda da Mata e adquiriram bens em Dois Córregos. Não se trata mais pois de propagação linear, nem de utilização das rodovias e das estradas de ferro. Quando uma população está preparada para o conhecimento e aceitação de uma nova ideologia, esta se espalha como incêndio em floresta, por fagulhas esparzidas ao acaso do vento, ou do Espírito.

As disposições psicológicas e sociais desta população podem favorecer grandemente sua difusão, independente de sua preparação propriamente espiritual. O nomadismo do lavrador do sertão paulista tem sido muitas vezes assinalado, particularmente por Deffontaines. Esse nomadismo se amplia entre os protestantes pelo espírito de iniciativa, pelo gosto da aventura e por uma relativa instrução que lhes proporcionam, mais ainda que a seus compatriotas, uma mentalidade de pioneiro sempre disposto a se deslocar. Uma di-

vertida anedota conta de um dêles que as próprias galinhas estavam tão acostumadas a essas mudanças que, logo que ouviam arrastar os móveis, deitavam-se no chão erguendo os pés para serem amarradas e levadas, dependuradas num cacête, para seu novo destino. Em todo o caso, o fato é que êsses lavradores protestantes do interior foram particularmente impetuosos na busca de novas terras, e, em número proporcionalmente considerável, esgueiraram-se de seus velhos centros — Campinas, Rio Claro, Brotas, Jaú — em direção das regiões do rio Feio e do rio Pardo, e, de lá, para o Mato Grosso e Paraná. Êsse movimento, se enfraquece suas comunidades nas regiões desamparadas, semeia outras nas terras pioneiras com o sucesso que atestam os últimos recenseamentos.

Ora, êsse nomadismo foi, como demonstrou Lucien Febvre (6) um dos traços característicos do homem do século XVI: o episódio brasileiro contemporâneo nos persuade de lhe atribuir uma considerável importância na evangelização protestante dos campos naquele século. Ela é muito mal conhecida e geralmente explicada pela ação dos pregadores egressos das cidades e pela conversão dos senhores. Certo, é necessário levar em grande consideração as mudanças de residência dêsses chamados camponeses, assim como, não há muito tempo, no sul da França, a vinda de montanhese católicos para os burgos da planície abandonados pelos protestantes enriquecidos tendia a restituir essas aldeias à fé rejeitada desde a Reforma.

Falamos dos senhores locais bandeados para a nova fé nos tempos da Reforma. As razões de sua conversão ordinariamente são buscadas em seu espírito de independência e em suas predisposições feudais, graças ao resíduo daquela explicação puramente política dada à expansão da Reforma, explicação que Febvre refutou em um artigo clássico (7). Hoje em dia é bem difícil “tirar a limpo” como se diz (8). Contudo podem-se conhecer os sentimentos que impeliram, nos fins do último ou no início do presente século, aristocratas e magnatas brasileiros — os Barros de São Paulo, os Maciel de Minas, os Paranaguá no sul do Piauí, para citar apenas alguns — a adotarem o protestantismo. Preocupação política... no comêço? Não. Anceios da alma, porque essas conversões a uma religião... desconhecida e impopular só podiam arredar dêles uma porção de apaniguados e fortalecer seus adversários. Porém, em seguida, naturalmente, jogavam seu crédito social e político em benefício de sua nova fé. E' perfeitamente normal que tenha sido também assim no século XVI. Mesmo as guerras civis dos tempos da Reforma podem esclarecer certos episódios recentes da

(6). — A propósito vide a conferência de Lucien Febvre, *O homem do século XVI*, publicada no n.º 1 desta Revista, janeiro-março de 1950, pgs. 3 e segs. (Nota do tradutor).

(7). — Trata-se do artigo *Les origines de la Réforme Française*, publicado in “*Revue Historique*”, T. CLXI, 1929. (Nota do tradutor).

(8). — No texto francês “*aller y voir*”, expressão para a qual não encontramos perfeito correspondente em português. A que usamos pareceu-nos a mais próxima do sentido dado pelo autor. (Nota do tradutor).

história brasileira, como as perturbações do Piauí, há vinte e cinco anos, que pareceram por um momento verdadeira guerra religiosa dirigida contra os chefes liberais que haviam aderido ao protestantismo.

Enfim, impressionante é a semelhança entre os desígnios e os meios da *Ação Católica* e os dos grandes restauradores do catolicismo francês, São Francisco de Sales, São Vicente de Paulo, São João Eudes, o Cardeal de Béville, o pessoal da Companhia do Santo Sacramento nessa primeira metade do século XVII que foi verdadeiramente o *Século dos Santos*, por ter restituído à Igreja esgotada padres e leigos.

*
* *
*

As páginas precedentes visam muito menos a exposição dos primeiros resultados de pesquisas em andamento, que a apresentação de um exemplo desta história comparada, através dos países e dos séculos a que ela me arrastaram. Com outras comparações semelhantes se oferecem à pesquisa. Que interesse não apresentaria para o historiador dedicado às origens das Universidades européias ver nascer e desenvolverem-se as universidades brasileiras num “clima” verdadeiramente bem medieval de liberdade e concordância: umas, criações dos Estados (como o foi a Universidade de Nápoles fundada por medida soberana do imperador Frederico II em 1224), outras, criações de grupos de professores ou de Ordens religiosas, à moda da maior parte dos *studia generalia* de outrora. Contudo, esse ângulo de apreciação permitiria compreender que as universidades de fundação recente seguem normal e legítimamente uma evolução, em que a formação de uma clientela de estudantes e a satisfação de suas aspirações profissionais constituem a primeira etapa.

Uma das fraquezas da história comparada como se tem feito comumente tem sido considerar, em um dado momento, países que atingiram estádios de evolução muito diferentes. Se se parte da noção, grosseiramente verdadeira, de que os diversos países são mais ou menos velhos, pode-se admitir, como primeira hipótese de trabalho, que os mais jovens refazem as experiências já realizadas há muito tempo pelos mais velhos. Isso naturalmente, levando-se em consideração as circunstâncias diferentes, — mas essas circunstâncias não são sempre tão diferentes quanto possa parecer ao primeiro contacto. Quem, por exemplo, insistisse sobre o povoamento reduzido do Brasil, como uma condição inteiramente nova de sua história, teria esquecido que a Europa no começo do século XVI em absoluto era o formigueiro que se tornou, e que o homem dispunha ainda de muito espaço diante dêle.

A admissão — repetimos, como primeira hipótese de trabalho e sob tôdas as reservas necessárias — da possibilidade de se comparar as experiências atuais ou recentes dos povos novos e as experiências antigas dos velhos países, faz da história dêsses povos novos uma espécie de lupa (ou de tubo de ensaio, importa pouco a imagem) para a compreensão de outras histórias que escapam à pesquisa pelo seu distanciamento. E' necessário que, em seguida, o historiador se aplique às diferenças, das quais as primeiras resultam do fato de não ser o homem eternamente o mesmo.

Reconhecendo perfeitamente os riscos do que eu não quereria chamar um método, mas sòmente uma diligência do espírito e da pesquisa, parece pelo menos que essa diligência — que mais não é que solicitar ao conhecimento que se tem do presente de um povo que ajude à inteligência do passado de outro — com a vantagem de reconduzir o historiador ao estudo e, desde logo, ao amor por êsse presente do qual tende a se afastar.

Eis o grande serviço que me presta o Brasil, a mim que mais não sou que um trabalhador no campo do passado europeu. E é porque o Brasil refaz, numa certa medida, e sob ritmo singularmente rápido, as experiências da Europa, e por isso permite compreendê-las melhor que, mesmo para quem não se ocupe especialmente de seu passado já glorioso, saúdo nele uma grande Terra de História.

ÉMILE-G. LÉONARD

Professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
da Universidade de São Paulo, diretor de estudos na
Escola Prática de Altos Estudos-Ciências Religiosas
(Paris).